



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 51ª reunião, realizada em 25 de novembro de 2020

1 Em 25 de novembro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
4 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram
5 os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Antônio Augusto
6 Melo Malard, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov);
8 Daniela Garcia Pinheiro, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
9 (Sede); Felipe Dutra de Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
10 Mobilidade (Seinfra); Juliana Ordones Rego, do Conselho Regional de Biologia
11 (CRBio) - 4ª Região; Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de
12 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama);
13 Gabriel Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de
14 Minas Gerais (Crea). Representantes da sociedade civil: Wagner Soares Costa,
15 da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Adriano
16 Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI);
17 Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, da Associação Mineira de Defesa do
18 Ambiente (Amda); Edson Valgas de Paiva, da Fundação Relictos de Apoio ao
19 Parque Estadual do Rio Doce; Leandro Eustáquio, da Ordem dos Advogados do
20 Brasil - Seção Minas Gerais (OAB); Alexandre Túlio Amaral Nascimento, da
21 Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). **Assuntos em pauta. 1)**
22 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
23 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou
24 aberta a 51ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas
25 Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
26 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Entre a reunião do dia 28 de
27 outubro e a data de hoje, ao menos três muito importantes artigos foram
28 publicados e são de total interesse da CPB. Um desses artigos diz sobre a relação
29 entre espécies de flora ameaçadas de extinção e compensação ambiental,
30 encabeçado por colegas da Ufop. O artigo está compartilhado. Um segundo artigo
31 eu considero de máxima importância para esta CBP. Ele usa de dados da própria
32 SEMAD para trazer informações sobre os erros de classificação e comparação
33 entre Campo Rupestre entre os diferentes tipos de Campo Rupestre: Campo
34 Rupestre Ferruginoso e Quartzítico. E um terceiro artigo é também muito
35 importante, inclusive com a descrição de um plano de ação para a conservação
36 de Campo Rupestre. Eu compartilho esses artigos porque são todos de agora,

37 recentes, entre a 49^a e esta reunião. Eu compartilho isso também porque depois
38 da 49^a reunião, em que houve uma discussão sobre o papel da CPB, se não seria
39 uma câmara de compensação ambiental, e tem muito claramente no artigo 13^o,
40 que define as competências da CPB, no Decreto 46.953/2016, inciso I, que dentre
41 as competências da CPB está 'propor políticas e discutir propostas de normas e
42 padrões de conservação da biodiversidade'. E aí eu tenho tido neste quase um
43 ano como conselheiro uma clareza de que a compensação ambiental se dá em
44 termos legais, mas não se dá em termos ecológicos e de ganhos ambientais. E aí
45 eu coloco ao Conselho como que se dá a realização desse inciso I, das funções
46 da CPB, como a CPB pode vir a propor estratégias ou a pensar caminhos em que
47 a compensação ambiental possa ir além dos termos legais e se efetivar em termos
48 práticos, em termos ecológicos. E uma última colocação, que também veio no
49 pedido de vista da última reunião de que eu participei, que é sobre a paridade do
50 Conselho. Porque eu tenho a impressão de que a arena sempre pende em lados
51 diferentes, eu tenho a impressão de que o placar é sempre 7 a 5. Eu queria ouvir
52 também sobre essa questão e por que, por exemplo, o Ministério Público não é
53 um representante no Conselho.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
54 “Primeiramente, eu agradeço o compartilhamento dos artigos. É sempre
55 importante conhecermos estudos acadêmicos, científicos, para que possamos
56 fazer também o compartilhamento com os nossos técnicos. Então eu vou pedir
57 para a Vânia compartilhar com nossos servidores, nas nossas regionais, para que
58 todos tenham conhecimento desses artigos. Em relação às competências da
59 CPB, isso está muito claro, e aí eu quero deixar registrado que em nenhum
60 momento foi colocado que a única função e competência da CPB seria tratar dos
61 processos de compensação ambiental. Longe disso, é muito claro para nós que
62 a CPB tem, sim, outras competências, entre elas a discussão de políticas públicas
63 inerentes à proteção da biodiversidade. Então o fato é que em uma das
64 discussões que nós tivemos, em outros momentos, especificamente na citada 49^a
65 reunião, se deu em cima de um processo específico de compensação, quando se
66 estava extrapolando para o licenciamento ambiental, quando eu mesmo fiz a
67 intervenção de que não eram o fórum e o momento adequado para aquela
68 discussão. Mas nada impede de nos Comunicados Gerais trazeremos pautas e os
69 próprios conselheiros trazerem pautas inerentes a assuntos mais amplos de
70 discussões de políticas públicas. Isso acontece em outras Câmaras, acontece
71 também no Plenário do COPAM. Em relação à paridade, não cabe a nós
72 definirmos o que cada um dos conselheiros tem como posicionamentos, se
73 seguem ou não o parecer do Sisema, seja ele especificamente nessa reunião, do
74 IEF ou da SEMAD, mas o fato é que existe uma paridade que está muito bem
75 estabelecida no decreto e no Regimento também, em termos de poder público e
76 sociedade civil. Para nós, isso é muito claro. E quanto ao Ministério Público ele
77 participa, sim, do Plenário do COPAM e hoje não participa mais das Câmaras
78 Técnicas. E participa da CNR também, que é a Câmara que delibera sobre as
79 normas do COPAM. E participa de todas as URCS também. Então só nas

80 Câmaras Técnicas que o Ministério Público não tem acento, e isso está escrito
81 também no decreto que foi sancionado pelo governador do Estado.” Conselheiro
82 Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Talvez uma proposição, esses três artigos,
83 por exemplo, que são publicações deste mês, totalmente pertinentes às nossas
84 discussões na CPB, são todos de colegas daqui, pessoas próximas de Belo
85 Horizonte, de Ouro Preto. Até porque esse formato online também se tornaria
86 quase que indiferente. Mas eu queria levantar a possibilidade de que,
87 eventualmente, talvez pelo menos um desses artigos que traz a clareza e a
88 diferença entre Campo Rupestre e Campo Rupestre Ferruginoso. E há também
89 dados muito significativos que já perdemos, que é uma questão que eu trouxe
90 naquele pedido de vista, do quanto já perdemos de Campo Rupestre Ferruginoso,
91 se teríamos ecossistemas viáveis em termos ecológicos. Enfim, talvez convidar
92 esses pesquisadores de referência para, eventualmente, compartilharem os seus
93 dados, as suas publicações. Que sejam 20 minutos a cada x reuniões, da forma
94 como vocês julgarem mais oportuno. Mas eu acho que é algo que poderia trazer
95 um grande diferencial para a CPB. Sobre a questão da paridade, quando eu vejo
96 a composição da Câmara, para mim fica muito claro que são sete instituições de
97 um lado que tendem a pender para um lado e cinco para outro. E eu entendo que
98 cada Câmara teria sua composição de forma independente. Mas respeito a
99 colocação. Enfim, é só uma fala na tentativa de trazer esse entendimento, de
100 compartilhar esse entendimento, de que não dá basta cumprir o que está
101 estabelecido em lei se essa lei não corresponde, de fato, à prerrogativa de
102 conservação de biodiversidade, que é a razão de existir deste Conselho.”
103 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Quanto às apresentações de alguns
104 pesquisadores, professores, de temas específicos, nós vamos avaliar. A princípio,
105 eu entendo que é pertinente. Inclusive, nós já fazemos isso no âmbito do COPAM.
106 Então neste ano nós trazemos um programa bem importante do Sisema, o
107 Diálogos com o Sisema...” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Eu
108 vi uma apresentação muito legal, que me causou uma excelente impressão da
109 nova secretária, Marília Melo, no programa que se chama Sisema Consciência.
110 Enfim, me trouxe a impressão de que o que se quer é embasamento científico.
111 Inclusive é essa contribuição que eu estou tentando trazer. Mas eu gostei muito
112 da fala da nova secretária nessa live.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
113 “Como eu estava falando, nós temos esse programa Diálogos com o Sisema, em
114 geral, um evento por mês, e ele é itinerário, nós o levamos para as Unidades
115 Regionais Colegiadas do COPAM no interior. Recentemente, nós debatemos uma
116 série de temas importantes, como gestão dos recursos hídricos, como a questão
117 dos barramentos no Noroeste, a silvicultura no Norte, no Triângulo. Então sempre
118 levamos pontos importantes e chamamos pesquisadores e professores para
119 esses debates. O ponto levantado pelo senhor é importante também, e vamos ver
120 se nesta próxima rodada de Diálogos com o Sisema inserimos dentro dessa
121 programação.” Conselheira Juliana Ordones Rego: “Eu também tive
122 conhecimento desses artigos e acho que têm uma relevância muito grande para

123 as nossas discussões nesta Câmara. Muitos assuntos de que temos falado sobre
124 a canga eu acho que estão nesses artigos. E acho a sugestão de apresentação
125 excelente e que os técnicos de todo o Sisema vão acolher esses artigos, porque
126 eu vejo isso, há uma reunião atrás, um dos técnicos da Suppri, inclusive, citou um
127 desses autores. Então eu acho que são dados importantes, relevantes, e que
128 todos os técnicos, pelas competências que têm, vão acolher de uma forma que a
129 apresentação vai ser muito produtiva na nossa Câmara.” Presidente Antônio
130 Augusto Melo Malard: “Nós vamos fazer essa avaliação para ver em qual reunião
131 traremos isso. Antes de passar para o próximo item, eu queria passar para os
132 senhores dois vídeos e também ler um comunicado da Comissão de Ética da
133 SEMAD. Eu vou ler esse comunicado na íntegra para os senhores.
134 ‘Recentemente, por meio da Resolução SEMAD nº 2.971, de 16/6/2020, foi
135 alterada a composição da Comissão de Ética da SEMAD. Como novos membros
136 da Comissão, gostaríamos de nos apresentar e colocar a Comissão de Ética da
137 SEMAD à disposição dos senhores conselheiros para orientações,
138 esclarecimento de dúvidas, recebimento de denúncia ou qualquer demanda
139 relativa a nossa competência. Aproveitamos para lembrá-los de que, como
140 membros deste Conselho, os senhores exercem a função de agente público e,
141 como tal, devem observar o Código de Conduta Ética do Agente Público do
142 Estado, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 46.644, de 6/11/2014. Deve ser
143 sempre respeitada a liberdade de expressão de todos os conselheiros, que por
144 sua vez devem representar suas entidades com diligência e honestidade, sendo
145 sua atuação pautada pelo respeito com os servidores do órgão ambiental e
146 demais colegas na atividade deste Conselho e pelos princípios éticos que regem
147 o nosso trabalho no Estado de Minas Gerais. Recomendamos para isso a leitura
148 do Código de Conduta Ética, disponível no site do governo.’ É um comunicado da
149 Comissão de Ética, e como lido ela se coloca à inteira disposição dos senhores
150 quando precisarem de algum suporte, tiverem alguma dúvida ou questionamento.
151 Eu vou pedir então para a Secretaria Executiva passar dois vídeos. Primeiro, é
152 um vídeo referente aos municípios que receberam os primeiros diagnósticos
153 socioambientais do Programa Água Doce, em Minas Gerais. ‘O Programa Água
154 Doce, uma iniciativa que prevê a instalação de dessalinizadores de água em 69
155 localidades rurais do Semiárido Mineiro, realizou na última semana a entrega dos
156 primeiros diagnósticos socioambientais do programa no Estado. Os relatórios
157 atendem 22 comunidades no município de Espinosa e Monte Azul, ambos na
158 região Norte do Estado. No total, serão entregues 279 diagnósticos até o final
159 deste ano. Utilizada em regiões onde a água doce é escassa ou de difícil acesso,
160 a tecnologia deve beneficiar cerca de 28 mil pessoas em Minas Gerais.’ *
161 Exibição de vídeo institucional sobre o programa. Presidente Antônio Augusto
162 Melo Malard: “Agora nós vamos também compartilhar com os senhores outro
163 vídeo, referente à Audiência Pública Sudeste do Plano Nacional de Resíduos
164 Sólidos. ‘O Estado de Minas Gerais foi o escolhido pelo Ministério do Meio
165 Ambiente (MMA) para representar a região Sudeste dentro do cronograma

166 nacional de audiências públicas promovidas pelo órgão para debater o Plano
167 Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) junto à sociedade. O evento, realizado
168 na quarta-feira (21/10), na Cidade Administrativa, colocou em discussão ações e
169 metas que integram a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), bem como
170 peculiaridades regionais do planejamento elaborado pelo governo federal.” *
171 **Exibição de vídeo institucional. 4) EXAME DAS ATAS DA 49ª E DA 50ª**
172 **REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as atas da 49ª e 50ª reuniões da
173 Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizadas em 28
174 de outubro e 13 de novembro de 2020, respectivamente, com as seguintes
175 alterações na ata da 49ª: – Linha 657, onde está escrito “compensação 2 para 1”,
176 leia-se “compensação 2 para 1 em Mata Atlântica”; – Linha 658, onde está escrito
177 “quando o mapa de proteção”, leia-se “quando amplia o mapa de proteção”; –
178 Linha 665, a expressão correta é: “e agora o Decreto 47.749” Votação da ata da
179 49ª reunião. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,
180 Amda, Relictos, OAB e Uemg. Abstenção: CRBio. Votação da ata da 50ª reunião.
181 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
182 Relictos, OAB e Uemg. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
183 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CONFORME POA 2020. 5.1) WD**
184 **Agroindustrial Ltda. Cultura de cana de açúcar sem queima, silvicultura;**
185 **barragem de irrigação/perenização para agricultura sem deslocamento de**
186 **população atingida. Zona rural de João Pinheiro, São Gonçalo do Abaeté,**
187 **Varjão de Minas, Presidente Olegário e Patos de Minas/MG. PA**
188 **00320/1996/017/2014. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Retorno de vista:**
189 **Fiemg.** Processo retirado de pauta pela Presidência, por solicitação do IEF, para
190 reavaliação pela equipe técnica. **5.2) Alcoa Alumínio S/A Produção de energia**
191 **termoelétrica, exclusive gás natural e biogás. Poços de Caldas/MG. PA**
192 **00085/1980/103/2016. Classe 6. Apresentação: GCARF/IEF.** Processo retirado
193 de pauta pela Presidência, por solicitação do IEF, para reavaliação pela equipe
194 técnica. **5.3) Gilmar Guareschi. Fazenda Colorado, Colorado II, São Miguel,**
195 **Roça, São Jorge, São Jorge II, Helena e Barriguda. Culturas anuais,**
196 **excluindo a olericultura; barragem de irrigação ou de perenização para**
197 **agricultura; beneficiamento primário de produtos agrícolas; armazenamento**
198 **de agrotóxicos; armazenamento de grãos ou sementes; extração de**
199 **cascalho para utilização imediata na construção civil; ponto de**
200 **abastecimento de combustível. Buritis, Unai e Arinos/MG. PA**
201 **05115/2004/006/2014. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
202 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
203 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
204 Relictos, OAB e Uemg. Destaques. Conselheiro Wagner Soares Costa: “Nós
205 somos favoráveis, mas eu queria fazer destaque de dupla marcação da supressão
206 de vegetação nos itens 5.3, 5.4 e 5.6 e de dupla marcação de áreas prioritárias
207 no item 5.5.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto favorável com
208 ressalvas pela dupla marcação da supressão de vegetação nos itens 5.3, 5.4 e

209 5.6 e pela dupla marcação de áreas prioritárias no item 5.5.” **5.4) José Amado**
 210 **Noivo e Outros. Fazenda CG, CG II, JR, Piratinga ou São Cristovão.**
 211 **Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem,**
 212 **descascamento ou classificação; barragem de irrigação ou de perenização**
 213 **para agricultura sem deslocamento de população atingida; culturas anuais,**
 214 **excluindo a olericultura; postos revendedores, postos ou pontos de**
 215 **abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de**
 216 **combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; comércio**
 217 **e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins.**
 218 **Formoso/MG. PA 28264/2016/004/2017. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.**
 219 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**
 220 **Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,**
 221 **Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.5) Sebastião Clecy Frauches. Fazendas**
 222 **Caraíbas, Lagoa, Tailândia, Tabajara e Santa Maria. Criação de bovinos;**
 223 **culturas perenes; postos de combustíveis. Janaúba/MG. PA**
 224 **05526/2008/001/2017. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Compensação**
 225 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos**
 226 **favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,**
 227 **Relictos, OAB e Uemg. 5.6) BP Bioenergia Ituiutaba Ltda. Fazenda Ouro**
 228 **Verde. Matrículas 52.161, 52.160, 52.162, 52.163. Cultura de cana-de-açúcar**
 229 **sem queima. Ituiutaba/MG. PA 01892/2016/001/2016. Classe 3.**
 230 **Apresentação: GCARF/IEF. Compensação ambiental aprovada por**
 231 **unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede,**
 232 **Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. 5.7) S/A**
 233 **Usina Coruripe Açúcar e Álcool. Destilação de álcool, 18.000 t. cana/dia;**
 234 **fabricação e refinação de açúcar. Iturama/MG. PA 00060/1983/011/2010.**
 235 **Classe 6. Apresentação: GCARF/IEF. Processo retirado de pauta com pedido**
 236 **de vista da Fiemg. 6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
 237 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DO CORTE E/OU SUPRESSÃO**
 238 **DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA.**
 239 **6.1) Cemig distribuição S/A. LD Integração Betim 6, LD Bom Despacho 2.**
 240 **Dores do Indaiá 2. Municípios: Juatuba, Betim, Contagem, Esmeraldas, Bom**
 241 **Despacho e Dores do Indaiá/MG. Daia 09010001056/19. Não Passível de**
 242 **Classe. Apresentação: Regional Norte. Compensação ambiental aprovada por**
 243 **unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede,**
 244 **Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg.**
 245 **Manifestação da Amda. Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva:**
 246 **“Primeiramente, parabenizar tanto os empreendedores quanto os técnicos, que**
 247 **buscaram áreas com as mesmas características ambientais. No relatório, é**
 248 **possível ver que eles levaram em consideração a Lei 11.428/2016, que preconiza,**
 249 **mesmo no interior de unidade de conservação, que essas áreas tenham as**
 250 **mesmas características ambientais. Diferentemente do Decreto 47.749/2019, que**
 251 **não leva em consideração a lei federal, mas os pareceres foram muito bem-feitos,**

252 com boa qualidade de mapas, ótima escrita e levaram em consideração essas
253 características ambientais.” **6.2) Rima Industrial S/A. Supressão de cobertura**
254 **vegetal nativa com destoca “Floresta Estacional Decidual Montana”**
255 **secundária em estágio médio. Município: Capitão Enéas/MG. Daia**
256 **08020001660/19. Não Passível de Classe. Apresentação: Regional Norte.**
257 Processo retirado de pauta com pedido de vista da Fiemg. **6.3) Cemig**
258 **Distribuição S/A. Linhas de Distribuição. LD Jacutinga. MinasPack, 138kV.**
259 **Município: Jacutinga/MG. SEI 2100.01.0021044/2020-53. Não Passível de**
260 **Classe. Apresentação: Regional Sul.** Compensação ambiental aprovada por
261 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede,
262 Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **7)**
263 **PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E**
264 **DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IV DO ARTIGO 13 DO DECRETO**
265 **Nº 46.953/2016. 7.1) Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio**
266 **Preto. Apresentação: Gerência de Implantação e Manejo das Unidades de**
267 **Conservação. Retorno de vista: Fiemg, CMI e Amda.** Plano de manejo
268 aprovado por unanimidade nos termos apresentados, com as alterações
269 propostas pelo IEF a partir das considerações do parecer de vista da Amda. Votos
270 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
271 Relictos, OAB e Uemg. Alterações aprovadas conforme relato do IEF. “1.
272 Ausência de divulgação e falha no envolvimento de parceiros durante a realização
273 das oficinas participativas. Esclarecimentos do IEF: participantes selecionados
274 conforme metodologia (21 participantes confirmados, de 14 segmentos
275 diferenciados); reuniões prévias (Conselho e Mosaico Espinhaço). Proposta do
276 IEF: inserir localidade/instituição nos créditos autorais. 2. Plano de prevenção e
277 combate a incêndios florestais. Posição do IEF: parcialmente favorável.
278 Entendemos a relevância do MIF, assunto muito explorado na oficina.
279 Recomendações do Plano: mapa de acúmulo de biomassa (prioridade Alta); plano
280 de manejo integrado de fogo (também o RVF Campos, Cerrados e matas da parte
281 baixa) (prioridade alta) + zoneamento (filtro de áreas); roteiro metodológico indica
282 que recomendações do plano sejam estratégia mais ampla a ser detalhada
283 posteriormente (página 88). Portanto, discordamos que seja inserido
284 detalhamento de planejamento tático-operacional no plano; as recomendações do
285 plano de manejo já estão em processo de atendimento. 3. Programa de uso
286 público, informação e educação ambiental. Posição do IEF: parcialmente
287 favorável. Justificativa resumida: na oficina houve análise detalhada do uso
288 público no PERP, que contempla todos os itens relacionados no parecer da Amda;
289 recomendações do plano de manejo: plano de uso público, projeto de
290 comunicação e divulgação e projeto de educação ambiental; no RVF Visitação
291 Pública consta: o centro de visitantes não está devidamente implantado para
292 facilitar as atividades educativas e interpretativas. Porém, concordamos que o
293 tema do CV não está explícito no escopo mínimo do plano de uso público
294 proposto. Proposta do IEF: incluir no escopo mínimo do plano de uso público

295 implementação do centro de visitantes com exposições interativas sobre os
296 subsídios de interpretação ambiental do parque e região. 4. Regularização
297 fundiária. Posição do IEF: contrário. Justificativa resumida: o contexto da ficha
298 técnica atende a diretriz do roteiro metodológico; todas as medidas cabíveis para
299 regularização fundiária já foram adotadas e se resumem ao processo judicial de
300 usucapião; não há terrenos particulares a serem adquiridos ou sem o processo
301 administrativo/judicial; possível sobreposição com território quilombola foi
302 abordado no plano; relatório de caracterização contém mais informações. 5.
303 Questões relacionadas aos recursos e valores fundamentais (RVF) - Campos,
304 Cerrados e matas da parte baixa. Posição do IEF: favorável. Justificativa
305 resumida: as pressões de usos e ocupações no entorno imediato (Santo Antônio)
306 surgiram após a oficina, durante a pandemia do coronavírus. Elas prejudicam a
307 paisagem do entorno imediato, acarretando interrupções pontuais, mas não
308 acarretam ameaças internas ao RVF. Proposta do IEF: ameaças - ocupação
309 desordenada no entorno imediato (arredores da localidade de Santo Antônio)
310 provocando interrupções pontuais da paisagem; necessidades de planejamento:
311 planejamento integrado com poder público municipal, órgãos fiscalizatórios,
312 entidades e representações afins para o devido ordenamento da ocupação
313 humana no entorno imediato do parque (região do Santo Antônio/baixo rio Preto).
314 Prioridade: alta.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
315 tratados, o presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou encerrada a sessão,
316 da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Antônio Augusto Melo Malard
Presidente da Câmara de Proteção
à Biodiversidade e de Áreas Protegidas